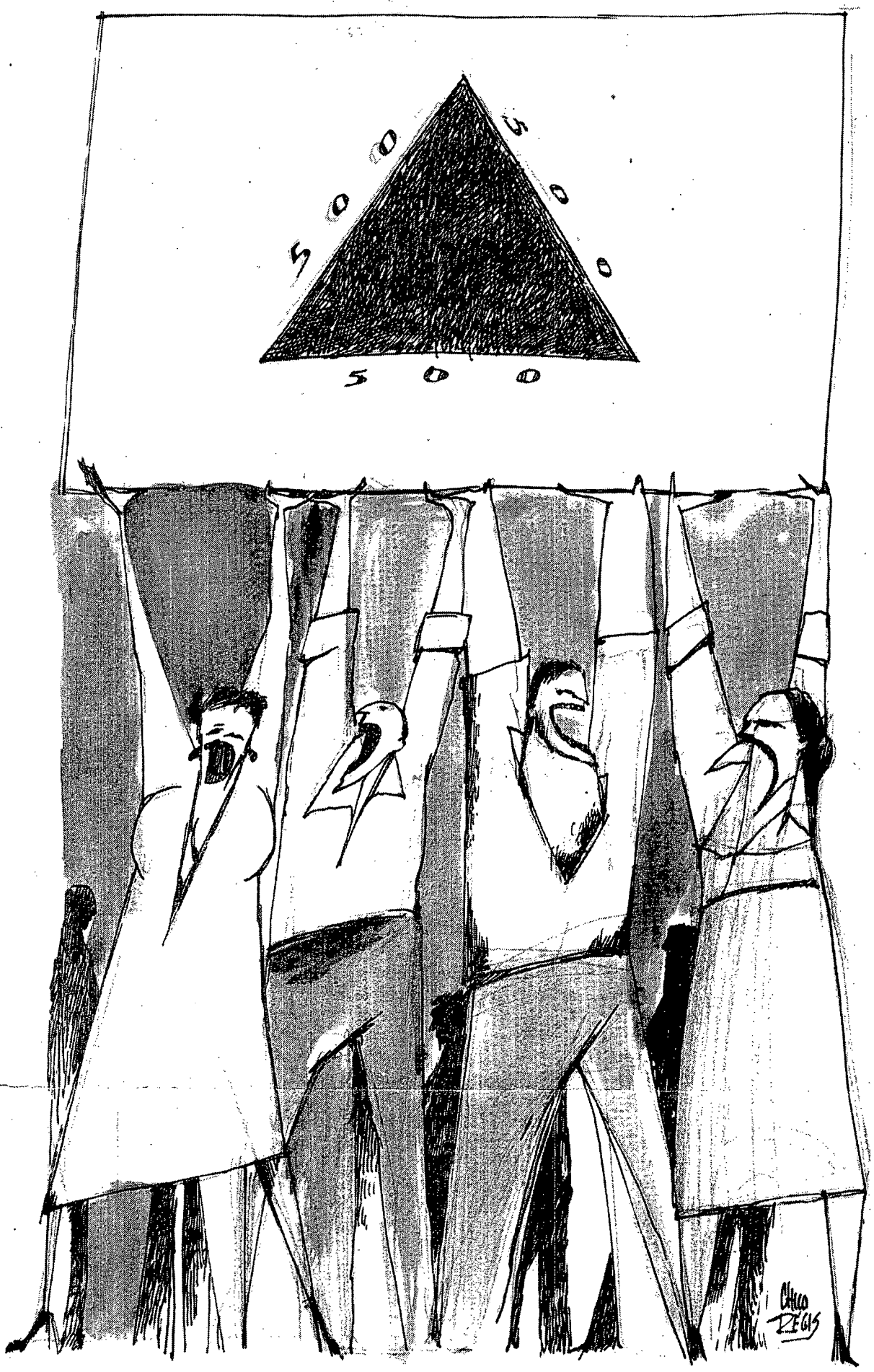
CORREIO BRAZILIENSE
Brasília, sábado, 9 de janeiro de 1999 25

O BRASIL IMPACIENTE

Josaphat Marinho



Os atos de posse dos novos governantes, na União e nos estados, ocorreram sem surpresas, nem grandes orações. O presidente da República repetiu, sem entusiasmo, idéias de seu primeiro governo, conforme reparo da imprensa. E se contradisse. Declarou que não foi eleito "para ser o gerente da crise", mas "escolhido pelo povo para superá-la". Ora, não há contraste entre uma e outra tarefa: uma é complemento da outra. Em verdade, para superar a crise, é indispensável geri-la. Gerir é administrar, dirigir, portanto, também dominar. Logo, quem pretende superar a crise há de administrá-la, dirigi-la, para contê-la e, conseqüentemente, superá-la. Não se supera o que não foi gerido, ou seja, dominado.

Talvez por essa vacilação é que o presidente se referiu à "armadilha dos juros altos", como se houvessem sido fixados lá fora, e não aqui, por autoridades do governo. Muito surpreendente, porém, foi o presidente salientar que "o Brasil espera com impaciência por uma nação mais justa". Que um representante ou órgão da oposição assim opinasse seria compreensível. Cabe-lhe a função de contestar e exprimir descontentamento. Mas o chefe de governo reeleito, depois de quatro anos de administração, ressaltar essa impaciência faz com que se pergunte: que foi feito, então, no primeiro mandato? No mínimo se há de concluir que as realizações do período inicial não tiveram profundidade nem alcance social. Se houvessem sido produzidas, eficazes, pelo menos não se verificaria a impaciência confessada. Medidas eficientes tranqüilizam, reduzem impaciência. Se o país "espera com impaciência uma nação mais justa", é que as instituições não operaram com suficiente diligência e firmeza. Onde o trabalho gera confiança e satisfação de necessidades elementares, cessa ou diminui a impaciência.

Quando o governo assusta, e não tranqüiliza, cumpre averiguar onde estão as raízes da fraqueza. No caso, estão no governo e no seu discurso: nos juros altos, no desemprego, no déficit público, nas desigualdades sociais e econômicas, na "maioria silenciosa que não se faz ouvir". Os motivos de intranqüilidade ou de "impaciência" coletiva estão nas deficiências do poder público, na sua falta de planejamento conseqüente. Em estilo direto, de Belo Horizonte, o governador Itamar Franco atacou firme. "Não podemos continuar — asseverou — aceitando a drenagem do nosso suor para custear os equívocos de uma política econômica que tem a recessão e a transferência de recursos do setor produtivo para o capital financeiro internacional como projeto." A frase incisiva revela que o ex-presidente e atual governador introduz no debate a questão federativa, bastante delicada no momento, dadas as dificuldades experimentadas pela União e pelos estados e municípios. Criando a Federação um regime de freios e contrapesos, o vínculo entre os estados e a União é de coordenação e cooperação. Resguardada a superioridade do poder federal, nos limites da Constituição e no que concerne à soberania nacional, as relações entre os órgãos da Federação se definem em base de compreensão e entendimento. Garantia dessa posição institucional é o artigo 25 da Carta de 88: "Os estados organizam-se e regem-se pelas constituições e leis que adotarem". A condição de legitimidade desse procedimento é que sejam "observados os princípios" constitucionais. Portanto, requer equilíbrio entre os diferentes poderes, para soluções convenientes.

Tais problemas, concernentes à organização federativa e à ordem social, e prolongados como estão sendo, é que alimentam e ampliam a inquietação. Quando estados e municípios não pagam regularmente o salário de seus servidores, e assim vem ocorrendo, a autoridade pública se enfraquece, com efeitos prejudiciais à disciplina da sociedade. Quando operários, ameaçados no seu emprego, ocupam empresas, ou resistem à cessação do trabalho, como já se verifica em São Paulo, é porque o desequilíbrio nas condições de vida abala a eficácia das leis. Essa situação transcende da desobediência individual para a resistência coletiva. Sendo o desequilíbrio, manifestamente, extensivo a todo o país, urge impedir que a reação em curso em de São Paulo se repita em outras regiões. A generalização desse estado de espírito é um risco que precisa ser contido. Como tem origem nas dificuldades presentes, impõe-se ao governo superá-las, ou atenuá-las, enquanto é tempo. Da chuva para a tempestade, a medida é o vento, não raro imprevisível. É prudente, diante de tal situação, esforço dobrado, para que a impaciência não se converta em inconformidade.

■ **Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia**